

# Desprovincialização da teoria e realidade latino-americana: o caso das revistas *Pasado y Presente* e *Presença*<sup>1</sup>

Camila Góes (doutoranda em Ciência Política Unicamp)

Este artigo apresenta como objeto central o periódico argentino *Pasado y Presente* (1963-1965/1973) e a revista brasileira *Presença* (1983-1992). Ambas empreitadas reuniram intelectuais marxistas que buscavam oferecer um espaço de elaboração crítica dos dilemas postos pelos contextos de desdemocratização ou democratização no qual se localizavam, de modo autônomo a direções partidárias. Apesar do hiato de duas décadas, as consideramos comparáveis conforme os seguintes objetivos comuns: 1) repensar a história de seus países a partir de analogias histórico-culturais promovidas por categorias gramscianas e 2) mobilização destas mesmas categorias modificando o seu sentido original ou o ampliando de modo a produzir novas interpretações. Neste artigo lançaremos luz à forma com que os grupos intelectuais formularam alguns traumas sofridos. O primeiro deles é comum e passa pela crise do stalinismo aberta pelo XX Congresso do PCUS. Por essa via, o comunismo italiano e a obra de Gramsci foram referências importantes para o processo de abertura do pensamento de esquerda tanto no caso argentino, como no brasileiro, conformando incipientes “linhagens democráticas” anti-stalinistas. O segundo trauma seria próprio da realidade argentina, dado pelo fenômeno peronista, que desafiou os esquemas teóricos existentes desde o golpe de 1955, os quais seriam enfrentados por *Pasado y Presença*. Por fim, há o trauma brasileiro com o golpe de 1964, cujo desafio teórico-político só foi enfrentado pela cultura comunista, em nossa opinião, através da hipótese da categoria de “revolução passiva”.

## **Crise do stalinismo e a “nova esquerda” argentina**

Em meados dos anos 1950, comunistas de todo o mundo tiveram de enfrentar as denúncias de Nikita Krushchov acerca dos crimes de Stálin no XX Congresso do Partido Comunista, que havia acentuado um processo de “desestalinização” iniciado com a morte do ditador em 1953. No caso argentino, o efeito mais imediato aos episódios de 1956 veio à tona com a enorme perda de credibilidade sofrida pelos intelectuais comunistas, que precisavam urgentemente expandir suas organizações na composição de frentes e desempenhar algum papel na política de unidade nacional em que o partido voltava a embarcar. Além do abalo com as

---

<sup>1</sup> 44º Encontro Anual da ANPOCS. GT5: Teoria e Pensamento Político – democracia e autoritarismo.

denúncias contra Stalin, os argentinos tinham que enfrentar outro trauma, neste caso particularíssimo – o peronismo.

A década “justicialista” que se concluiu em 1955 com a derrubada de Perón, um governante que parecia imbatível nas urnas, não alterou imediatamente a visão que havia forjado o grupo dirigente do Partido Comunista Argentino (PCA), que permaneceu confiante de que os trabalhadores se alinhariam “pouco a pouco em direção à sua vanguarda” (Altamirano, 2013, p. 180). Neste contexto, celebrou-se a Primeira Reunião Nacional de Intelectuais Comunistas, em 1956, quando a Argentina parecia abrir-se a outros futuros possíveis. A cargo de Hector Agosti, estava o informe central da assembleia, que recomendava a seus camaradas que lessem os escritos de Gramsci (Agosti, 1969, p. 38 apud Altamirano, 2013, p. 181). Sua ideia era a de impulsionar uma renovação da cultura de seu partido sem rupturas, o que, como veremos, mostrou-se fracassada.

De modo geral, a década assinalada pela fratura da ordem constitucional de 1955 e o novo golpe de estado de 1966 foi marcada pelo que Oscar Terán considerou como a “formação de uma nova esquerda intelectual argentina”, às voltas com o fenômeno do peronismo e também com a Revolução Cubana. Durante esse período, os efeitos de re colocação acarretaram enormes consequências também entre os comunistas, num “complexo movimento que levou desde a ‘natural’ oposição, enquanto o peronismo esteve no governo, até um feroz processo de releitura do mesmo a partir de sua derrubada, o qual constituiu um dos fatores político-culturais fundamentais do período em análise” (Terán, 2013 [1991]), p. 65). Em tal movimento, setores da “franja crítica” buscaram criar um espaço autônomo ao campo liberal e à ortodoxia peronista. Mas, “enquanto a cisão com este último era um dado da realidade, para o distanciamento radical com o primeiro se necessitou a exclusão do peronismo de Estado” (ibid., p. 65).

Em fins de 1955, Agosti afirmava que os argentinos haviam insistido em entender-se enquanto europeus, como se estivessem fora da América, sem perceber que, no entanto, estariam “teimosamente pregados” ao destino comum do continente (Agosti, 1955, p. 45). Não se trataria mais de apenas negar a imposição colonialista, mas também de responder à incompreensão dos partidos de esquerda ante o movimento peronista onde, afinal, *havia se concentrado toda a classe trabalhadora* (Terán, 2013 [1991], p. 139). Só então se tornava evidente para a heterogênea constelação dos opositores, “a consistência e enraizamento popular de uma identidade que, até então, podia parecer tão inextricavelmente unida ao funcionamento da ordem derrubada que, acreditavam, se desgraçaria mais ou menos rapidamente após o seu desmantelamento” (Altamirano, 2013, p. 62). Para os comunistas, portanto, a situação que emergia com o derrocamento de Perón não estava clara. Anteriormente, haviam se declarado

contrários à saída golpista e, frente ao novo governo, oscilariam entre um apoio condicionado e a oposição. Entre 1955 e 1958, o PCA buscava, portanto, escapar à clivagem peronismo/anti-peronismo.

Junto ao impulso antiliberal, Agosti inscreveria o projeto de distinguir entre uma tradição liberal e outra democrática na história argentina, apoiando-se sobre a cultura italiana, em referência a De Sanctis – lido através de Gramsci e de Togliatti – e sua diferenciação entre liberdade formal e material. *El mito liberal e Nación y cultura*, ambos de 1959, buscaram recuperar um filão da tradição democrática encarnado em Echeverría, Moreno ou Sarmiento, para assinalar que seriam em realidade figuras de ruptura com a tradição liberal oligárquica e oficial (Terán, 2013 [1991], p. 101). Segundo Carlos Altamirano (1998), até 1960 se poderia dizer que a esquerda argentina fora reformista ou liberal-democrática. Tanto o Partido Comunista quanto o Partido Socialista não estavam interessados em saídas revolucionárias para a situação política no país. Mesmo as mudanças globais, de alcance anticapitalista, anunciadas em seus programas, seriam alcançadas via eleições. No entanto, havia já diferenças importantes em torno dos *sentidos do peronismo* (Altamirano, 1998, p.20).<sup>2</sup>

O problema posto no centro da cultura comunista de então foi, sobretudo, o de interpretar o peronismo de modo independente aos liberais. Confluyente à tese de Terán, Altamirano argumentou haver nesse período uma virada na cultura política e intelectual da esquerda – com a ressalva de ter sido percebida mais na cena ideológica e nos aparatos de cultura, do que no campo político e sindical, onde se mostrava débil (Altamirano, 2013, p. 68). Para o autor, a ressignificação do peronismo teria se encadeado a uma atividade de ressignificação mais geral, “que se imprimirá no campo da esquerda corroendo, e finalmente, deslocando ao passado ou ao reino do erro, representações durante muito tempo dominantes neste campo” (ibid. p. 68).

Foi neste contexto que, através de artigos publicados no *Cuadernos de Cultura*<sup>3</sup> – a publicação cultural dos comunistas sob direção de Hector Agosti –, se buscou articular uma resposta dentro do partido. Para o projeto de renovação teórica, Agosti rodeou-se de jovens como Juan Carlos Portantiero e os cordobeses José María Aricó e Hector Schmucler, os quais

---

<sup>2</sup> Sobre os “dilemas do peronismo” no ambiente de esquerda cf. Altamirano, 2013; no caso específico do Partido Comunista Argentino, cf. Amaral, 2008.

<sup>3</sup> Criada em 1950 por iniciativa de Rodolfo Ghioldi, participa da direção desde 1952 Héctor Agosti, junto a Julio Luis Peluffo e Roberto Salama. Ao longo dos primeiros quinze anos, a centralidade temática da literatura na revista foi total (Petra, 2017, p. 135). Até os primeiros anos da década de 1960, quando se produziram as discussões que terminaram com a expulsão dos discípulos de Agosti que passaram a editar em Córdoba a revista *Pasado y Presente*, foram as polêmicas literárias as que definiram o campo de conflito entre os intelectuais comunistas (ibid., p. 137).

lançariam em 1963 a revista *Pasado y Presente*. A revista nascia, portanto, com o apoio do PCA, que financiou os seus primeiros dois números. O nome do grupo era extraído do título de algumas notas de Gramsci, explicitando desde o início sua principal fonte de inspiração teórica e política. No primeiro número da revista, que compreendeu o trimestre de abril a junho de 1963, à apresentação feita por Aricó precedia uma destas notas:

*Passado e presente.* Como e porque o presente é uma crítica do passado, bem como é sua “superação”. Mas o passado deve por isso ser jogado fora? É de se jogar fora aquilo que o presente criticou “intrinsecamente” e aquela parte de nós mesmos à qual isso corresponde. O que isto significa? Que devemos ter consciência exata desta crítica real e lhe dar uma expressão não só teórica, mas política. Ou seja, devemos ser mais aderentes ao presente, que nós mesmos contribuimos para criar, tendo consciência do passado e do seu continuar-se (e reavivar-se) (Gramsci, 1975, C. 1, § 156, p. 137).

Aplicado à realidade argentina, isto significava partir das exigências impostas pela nova geração, sem por isso desconhecer ou negar o que havia sido feito até então, e incorporar à análise a “urgente e poderosa instância que nos impulsiona em forma permanente a refazer a experiência dos outros, a construir nossas próprias perspectivas” (Aricó, PYP 1, 1963, p.1). Esta era, por consequência, a expressão de um grupo de intelectuais “que se esforçando por aplicar o materialismo histórico e incorporando as motivações do presente, tentará soldar-se com um passado ao qual não repudia em sua totalidade, mas que tampouco aceita na forma na qual se oferece” (ibid., p.2). O conteúdo da revista não foi bem recebido pelo PCA e o grupo liderado por Aricó em Córdoba e por Portantiero em Buenos Aires foi expulso do partido em 1963.

A expulsão dos jovens gramscianos expressaria dramaticamente a tensão geracional que, em sentido amplo, daria lugar à formação da “nova esquerda intelectual argentina”, segundo interpretação de Terán (2013). Em nosso ponto de vista, *Pasado y Presente* representou exemplarmente este conflito que atravessou o mundo comunista a partir dos anos 1960, tanto em sua atenção direcionada aos efeitos da Revolução Cubana no continente latino-americano, como em sua disposição em se aproximar do mundo peronista. Essa grande transformação ideológica que marcou uma cisão geracional tinha como centro catalisador, ademais, os efeitos do XX Congresso da PCUS (Altamirano, 2013; Terán, 2013).

Com uma saída que repercutiria entre os comunistas argentinos e brasileiros, Palmiro Togliatti e o Partido Comunista Italiano (PCI) haviam proposto, nesse contexto, que o comunismo deveria explorar rumos ou vias nacionais, renunciando a qualquer intento de unificação em um único centro. Diversos aspectos desta perspectiva permearam o primeiro

número de *Pasado y Presente*,<sup>4</sup> caracterizando o grupo que se constituía em 1963. Em primeiro lugar, a elevação do tema da subjetividade e da consciência junto à constatação de uma realidade local que passava por uma transformação social de grandes proporções com a expansão industrial – a centralidade da política. Em segundo lugar, e confluyente a este movimento, uma nova configuração para o fenômeno do peronismo e a urgência por prover uma atualização da teoria que pudesse estabelecer as corretas mediações entre massas e intelectuais. Aricó buscou explicitar quais motivos os levaram a recorrer ao exame realizado pelos italianos. Contra o argumento de que estariam, com isso, demonstrando “clara demonstração da posição subalterna e ‘europeizante’”, o raciocínio começava por defender que se vivia, então, “uma nova época” (Aricó, PyP 2-3, 1963, p. 195).

A direção do PCA teria sido incapaz de levar adiante a exigência de renovação, aprofundamento teórico e reexame histórico que o XX Congresso trazia consigo. Após a expulsão – e, portanto, do impedimento de realizar esta investigação no interior da organização – os redatores de *Pasado y Presente* passaram a atribuir explicitamente um caráter dogmático ao PCA. O movimento pendular entre um “empirismo sem princípios” e um “dogmatismo abstrato”, característico do stalinismo, teria levado o movimento comunista a uma soma incrível de fracassos. No caso argentino, esta seria a base da equívoca atitude adotada frente ao peronismo.

Os nove números da primeira fase da revista argentina *Pasado y Presente* foram lançados de modo trimestral entre 1963 e 1965, sendo os dois últimos publicados entre abril e dezembro de 1973. Organizada em seções dedicadas a problemas teóricos e do mundo contemporâneo, de intervenção conjuntural e de crítica, trinta por cento de todo material publicado na primeira fase da revista foi composto por traduções. Este movimento de ideias acompanhou a observação de uma série de fenômenos que se encontravam anteriormente “fora de lugar” na esquerda argentina: a questão dos intelectuais, da cultura, da relação entre Estado, nação e sociedade e do papel do partido dentro de um bloco de forças populares. A revista *Pasado y Presente* seguiu, assim, um roteiro sem manuais, caracterizado pela própria experiência prática e pela conjuntura política, marcada inicialmente pelas tensões desenvolvidas em meio ao partido comunista, mas também em polêmica com as vertentes nacional-populares que tinham no peronismo sua expressão mais acabada.

---

<sup>4</sup> Já no primeiro número, a seção intitulada “Polemica” apresentava traduções de Aricó para sete artigos originalmente publicados na revista *Rinascita*, de junho-novembro de 1962, voltados a questões filosóficas do marxismo e escritos por figuras importantes do ambiente intelectual e político italiano do PCI. Ao todo, somaram-se quinze traduções da língua italiana na trajetória da revista,

Primeiramente abordado através da noção de “bonapartismo”, o fenômeno foi entendido por *Pasado y Presente* como soldagem ideológica ao bloco formado pela burguesia nacional, às velhas oligarquias e às classes trabalhadoras em oposição ao imperialismo (Portantiero, PyP 1, 1963). Findada a experiência peronista no poder em inícios dos anos 1950, recorrer-se-ia outra vez ao arranjo nacionalista com o “integracionismo” – nova categoria formulada por Portantiero para a reedição da frente bonapartista sob a liderança de Frondizi – que, no entanto, se quebraria em 1962. Neste cenário, Aricó (PyP 4, 1964) proporia uma agenda de pesquisa centrada nas raízes históricas do capitalismo argentino de modo a se afastar da perspectiva ideológica que unia comunistas e liberais. Deste exame resultaria a visão da Argentina como “unidade formal de realidades contraditórias” em que se justaporiam diversas temporalidades – o litoral agrário e industrial e o interior colonial. Ao destacar a unidade entre as classes dominantes, ampliando as categorias inspiradas na análise de Gramsci, Aricó refutava como falsa a dicotomia entre indústria nacional e imperialismo. Na verdade, o capital monopolista estrangeiro e a burguesia nacional estariam vinculados por uma vasta trama de conexões, chegando mesmo a ser interdependentes. O “atraso” e o “moderno” conformariam um equilíbrio de “múltiplas contradições” – sendo vantajosa a diferença entre a “velha” e “nova” estrutura, que concedia ao capital a extração de “benefícios extraordinários”.

Aricó mostrava, ademais, que o positivismo teria sido a “ideologia” difundida por intelectuais de modo a manter esse bloco coeso – nessa visão, não teria sido o desenvolvimento histórico do capitalismo argentino, mas as “desigualdades naturais”, os “fatores psicológicos” ou mesmo os “estigmas biológicos” que explicariam a divisão do país. No caso específico do PCA, essa ideologia teria se expressado na forma de ingenuidade sociológica e paternalismo, na expectativa de que a massa operária estivesse sempre pronta, só esperando a vanguarda chegar para fazer a revolução.

A aspiração por realizar uma interpretação científica persistiria, entretanto, no esforço por circunscrever os conflitos reais que perpassavam o fenômeno do peronismo. A compreensão equivocada deste como simplesmente uma forma de nazismo ou fascismo seria própria a uma perspectiva cosmopolita que deixaria de fora da análise todo o específico processo de desenvolvimento na Argentina de uma nova classe trabalhadora formada naqueles anos fundamentalmente por migrações internas. Aqui aparecia uma nova elaboração de Aricó a respeito do peronismo. Visto “desde baixo”, seria identificado a uma forma de resistência particular aos intentos políticos de integração e homogeneização encarados pelas classes dominantes argentinas. O cordobês identificava no fenômeno o surgimento, em meados dos anos 1960, de um sentido de “diferenciação” ou “separação” que evidenciaria na classe operária

argentina um primeiro escalão da conquista progressiva de uma consciência de classe (Aricó, PyP 9, 1965). Aricó não deixava, entretanto, de sublinhar neste processo os limites ideológicos do “populismo”. O fato a se reter era o de que haveria uma identificação sólida, quase absoluta, entre proletariado industrial e ideologia peronista.

Tornar-se-ia muito mais complexa a base social peronista no período que separa a fase cordobesa de *Pasado y Presente* de sua fase portenha, que abarcou a ditadura militar de 1966 a 1973.<sup>5</sup> A ofensiva do capital monopolista, como havia se realizado no Brasil, teria sido fracassada graças à resistência das classes trabalhadoras, e a eleição de Hector Cámpora em 1973 representaria, finalmente, a possibilidade de uma “nova consciência socialista”. Nesta nova fase, avançar-se-ia a compreensão de que os problemas de “imaturidade” ou “deformações conjunturais” da Argentina não se resolveriam pelo desenvolvimento econômico, mas seriam inerentes a eles. A superação da situação de dependência estaria condicionada ao rechaço radical do modelo de desenvolvimento do capitalismo avançado, a partir de um processo de “revolucionarização” – não se tratava mais de tomar o poder, mas de realizar um longo processo histórico de subversão das relações capitalistas. Essa possibilidade brotava das lutas operárias e populares situadas no interior do peronismo e no chão da fábrica. Se, para Gramsci, a questão camponesa na Itália não poderia ser separada da “Questão Meridional”, igualmente a “questão operária” na Argentina não poderia se separar da “Questão Peronista”. O drama argentino seria, na verdade, o de todas as sociedades dependentes – o ponto de partida para a prática e consciência socialistas estaria dado pela adesão de amplas massas a movimentos nacional-populares. O caso argentino teria a especificidade, entretanto, de possuir como protagonista deste movimento a grande maioria da classe operária. Assim, as eleições de março de 1973, que levaram à vitória peronista, teriam aberto uma nova fase do peronismo, então marcada pelas lutas operárias e populares e pelo rechaço ao projeto monopolista. A analogia italiana passava a ser da experiência de conselhos e no centro da reflexão estava posta a ação espontânea das classes operárias e a revolução como processo social – Turim por Córdoba, *L’Ordine Nuovo* por *Pasado y Presente*.

O problema é que o retorno de Perón em junho de 1973 marcaria uma reorientação no campo, que passaria a se articular anacronicamente aos interesses da burguesia nacional que demandava uma consequente desmobilização das massas. As teses de *Pasado y Presente* já

---

<sup>5</sup> Não há nenhuma explicação para a interrupção em 1965 nas páginas de *Pasado y Presente*. Segundo Burgos (2004, p. 103), o fim da primeira etapa teria que ver muito mais com os problemas derivados da forma de intervenção do grupo do que com as novas condições criadas com o golpe militar de 1966, como se poderia supor. Entre o último número, publicado em setembro de 1965, e o golpe, se passaram nove meses, e ainda que a revista tivesse o costume de publicar numa mesma edição dois números, o atraso desta vez levaria oito anos.

havam refutado a hipótese do arranjo nacionalista clássico, pois as condições objetivas teriam mudado, dado o entrecruzamento das forças imperialistas junto ao desenvolvimento do capitalismo nacional, pelo menos desde a década de 1960. Os riscos da violência contrarrevolucionária eram destacados pelos editores, que insistiram para que as forças revolucionárias que haviam brotado do peronismo não partissem para a luta armada e permanecessem como processo social fundado na centralidade econômica e política da fábrica. A análise dos gramscianos de *Pasado y Presente* mostrar-se-ia correta, a luta armada seria derrotada e uma nova Ditadura Militar instaurar-se-ia em poucos anos. Interessa-nos destacar o deslocamento do ponto de vista – diferentemente dos comunistas, os gramscianos argentinos passariam a pensar as questões de dentro do que lhes havia de mais singular nacionalmente – o peronismo. Constataram que era insuficiente demarcá-lo como forma específica de doutrinas exteriores e que, nele, se expressaria ao mesmo tempo uma generalidade dos países dependentes e uma especificidade nacional.

A forma “passiva” das transformações nacionais impunha uma série de obstáculos para a conformação de uma vontade nacional coletiva sob hegemonia do proletariado. As ideologias nacionalistas era um destes obstáculos, pois nublavam as contradições entre as classes. No entanto, tal qual havia se experimentado historicamente na Argentina, deste mesmo fenômeno e a partir das lutas operárias e populares, teriam surgido elementos combativos e anticapitalistas. O peronismo agiria, assim, tanto no sentido de soldar as classes trabalhadoras às classes dominantes – através de seu “suporte populista” – ao mesmo tempo em que abarcava uma forma de resistência a essa soldagem – em seu rechaço ao capital monopolista, diferenciando-as do resto dos setores sociais. Era do ângulo das “múltiplas contradições” da sociedade argentina que Aricó teorizava dilemas próprios aos países dependentes. A parcialização do fenômeno – como faziam os velhos comunistas, que entendiam a adesão das massas como elemento fascista, mas apoiavam a sua burocracia, cuja ação importava ao desfecho nacionalista – significava manter-se sob hegemonia liberal. Afinal, a quem interessaria, principalmente, a dissolução do peronismo? A reconciliação com os interesses da classe operária, neste caso, só se daria na reflexão.

### **Gramscianos brasileiros, o golpe de 1964 e a herança não renunciada**

Assim como na Argentina, o trauma internacional aberto pelas denúncias de Stalin gerou uma crise entre os brasileiros, o que – junto aos efeitos do suicídio de Getúlio Vargas em 1954 – acarretaria na “Declaração de março de 1958”. Este seria o ponto de partida de uma



incipiente “linha democrática” ou de “renovação” no partido, teses que serão retomadas pelos intelectuais da *Presença*.

Mesmo antes das denúncias de Krushev, já era possível observar alguma inflexão na cultura de esquerda baseada na visão de que o Brasil estaria sob risco iminente de ser colonizado, completamente imerso numa relação de dependência com o imperialismo norte-americano e cujos governos, mesmo o segundo governo Vargas, deveriam ser considerados de “traição nacional” (Santos, 2007, p. 200). Após a morte de Vargas, e especialmente com a eleição de Juscelino Kubitschek, o comitê central do partido pareceu se aproximar da compreensão de que a vigência das liberdades democráticas seria o melhor caminho para a luta pela democracia política (ibid., p. 204).<sup>6</sup> Quando, em 1956, chegaram as primeiras notícias do XX Congresso do PCUS, se intensificou o processo de crise político-ideológica que culminaria na “Declaração...”.

Em nível diferente do caso argentino, a crise do stalinismo no Brasil também foi acompanhada pela influência do comunismo italiano, conforme se vê nos informes de Togliatti, e nas resoluções do comitê central do PCI, publicados na *Voz Operária*,<sup>7</sup> o que pode ter sido “o elemento inicial de maior estímulo à reflexão no interior do PCB”, segundo Santos (1988, p. 100).<sup>8</sup> Ainda sem uma teorização sobre o país urbanizado e moderno dos anos 1950, a proposição que abre o texto de 1958 rompia com a visão do país como uma formação estagnada:

Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado (...). Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Esse desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas (PCB, *Voz Operária*, 1958).

---

<sup>6</sup> Segundo Santos, as mudanças seriam principalmente três: “a) Pressionados pelos acontecimentos, os comunistas são forçados a reconhecer diferenciações nas forças políticas presentes na conjuntura; b) começaram a ver à frente a possibilidade de participar de uma coalizão democrática, bem diversa da FDLN; c) passam a valorizar as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter a conquista das reivindicações populares” (Santos, 2007, p. 203).

<sup>7</sup> Em lugar do desencanto a ser abafado pela firmeza diante das “intrigas imperialistas”, o PCI verá o XX Congresso como um estímulo para sair da passividade, do burocratismo e do formalismo dos muitos anos de stalinismo (Ver, por exemplo, *Voz Operária* de 21/04/1956).

<sup>8</sup> Registre-se também a troca de correspondências de comunistas brasileiros, como Astrojildo Pereira e Caio Prado Jr., com Héctor Agosti – pode-se observar que recebiam regularmente os *Cuadernos de Cultura* nos anos 1950 e que, por isso, conheciam Gramsci (Secco, 2002, p. 26; Pericás, 2016, p.63-64). Coutinho destaca, entretanto, a completa ausência de referência à sua obra nos escritos de Pereira e Caio Prado, bem como na obra do historiador Nelson Werneck Sodré (Coutinho, 2007, p. 153). Sobre a relação entre os gramscianos brasileiros e argentinos com Caio Prado Jr., destaca-se o livro de Luiz Bernardo Pericás, *Caio Prado Júnior: uma biografia política* (2016). No capítulo “Leitores (e leituras) de Caio Prado Júnior”, o autor explora inicialmente a polêmica aberta por Carlos Nelson Coutinho de que Prado Jr. não conheceria “bem o marxismo”. Entre os livros encontrados na biblioteca do marxista paulistano, Pericás destaca haver os principais nomes de esquerda do século XX, dentre eles Antonio Gramsci, os intelectuais do PCB e os gramscianos argentinos. Embora ressalte a troca de cartas entre Caio Prado Jr. e Carlos Nelson Coutinho, Pericás mostra como curiosamente o impacto das ideias de Antonio Gramsci teria vindo através da obra de Hector Agosti, com quem também se correspondeu (Pericás, 2016, p.63-64).

Sob distintos ângulos, a “Declaração de 1958” foi vista como ponto de inflexão da cultura comunista no Brasil. Ela reiterava a visão da revolução brasileira em duas etapas; indicava o caminho das lutas pelas reformas estruturais, como meio de intensificar o desenvolvimento capitalista e precipitar a primeira etapa da revolução; definia o governo Kubitschek não como de traição nacional mas fruto de composição heterogênea, na qual o presidente oscilava entre a ala “nacionalista” (à qual se devia dar apoio para garantir sua hegemonia) e a ala “entreguista”; e apontava o caminho pacífico para a revolução (Santana, 2001, p. 93). Entendida como início de uma “primeira renovação pecebista” (Santos, 1988), só então o PCB passava a reconhecer que o capitalismo de fato se desenvolve, que o faz por trilhas não previstas e que, com ele, se afirmaria uma tendência democratizante do regime político (PCB, *Voz Operária*, 1958). Conforme sublinhou Gildo Marçal Brandão, a partir daí o partido começou a distinguir entre Estado, regime e governo, reconheceu a complexidade das bases de sustentação do Estado, a pluralidade dos interesses nele representados, a sua autonomia relativa e traçou uma linha de conduta que evitava tomar o governo e as “classes dominantes” como um mesmo bloco (Brandão, 1997, p.244-245). Na visão dos comunistas, caberia a tarefa de intensificar o apoio aos “setores progressistas” e derrotar os “entreguistas” (Santana, 2001, p. 93).

Logo no primeiro número da revista *Presença*, Werneck Vianna destacava que, contrária a uma orientação “revolucionarista”, a “Declaração de Março de 1958” “importou uma mudança de rumos, embora ambígua e contraditória, que alinhou o movimento dos comunistas em relação à democracia política e que interrompeu – mas não a retórica – o sectarismo revolucionarista, conspiratório e golpista” (Vianna, P.1, 1983, p. 147). A afirmação da linha democrática e de uma política orientada para as massas, segundo Vianna, “entrou em viva contradição com a antiga noção de um partido de quadros encapsulado numa lógica de máquina que o isolava política e socialmente, centrado para agir numa ‘hora final’, às vésperas da qual se vivia” (Vianna, P.1, 1983, p. 147). Faltaria ainda nos anos 1950 um tratamento para os intelectuais, que deveriam ser compreendidos em sua especificidade de estrato, bem como uma compreensão sobre as transformações que a sociedade vinha passando desde 1955 (Vianna, P.2, 1984, p. 60).

A “Declaração de 1958”, embora lançasse as bases de uma estratégia democrática, não teria sido suficiente para fundar uma nova teoria do Brasil, “arrojada o bastante para reavaliar a visão niilista – tanto do capitalismo e do liberalismo como da democracia – que marca a ação política e a reflexão teórica de esquerda no país” (Brandão, 1997, p. 246). Mesmo após 1958,

prevaleceu a defesa de uma revolução anti-imperialista e antilatifundiária, a qual deveria contar com o apoio de uma burguesia progressista (Bianchi, 2016, p. 121). Apesar de assumir que entre o proletariado e a burguesia haveriam interesses contraditórios, a declaração afirmava:

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista (PCB, *Voz Operária*, 1958).

Combinava-se, portanto, um aspecto conciliatório – predominante na esfera do movimento operário, a fim de manter a luta dentro dos limites da reivindicação econômica – a um aspecto combativo, reservado à luta contra o capital estrangeiro, à política externa e à reforma agrária (Schwarz, 2008, p. 73). Baseados nessa perspectiva dualista, os comunistas brasileiros foram “atropelados” pelos acontecimentos de 31 de março de 1964, que mostravam que a burguesia brasileira não possuía interesse algum em uma “revolução nacional e antifeudal” (Bianchi, 2016, p. 121). Junto às denúncias contra Stálin, o Golpe de 1964 conformou um trauma particular aos comunistas brasileiros. Só mais de um ano depois o partido lançaria as bases da resistência ao regime: reorganização dos quadros, acúmulo de forças, unidade de oposições e luta política (não armada).<sup>9</sup> Sem enfrentar o problema teórico-político posto por 1964, esta linha de conduta, aliada à lógica etapista para construir o socialismo, permitiu ao partido fazer amplas alianças em nome de uma “frente única” nacional-popular, tática que se manteve como eixo da resistência comunista ao regime militar e permitiu a constituição de alianças com setores liberais e outras correntes de esquerda entre os anos de 1960 e 1970 (Napolitano, 2013, p. 317).

Apesar de alguns ajustes e vicissitudes, a linha do PCB não mudaria, em linhas gerais, até a crise da ditadura em fins dos anos 1970. Segundo Marcos Napolitano (2013), o resultado dessa conduta teria exacerbado uma característica histórica do partido: “seu esvaziamento progressivo no campo da política, compensado pela presença significativa entre intelectuais e artistas” (ibid., p. 318). É no âmbito cultural que a influência pecebista se mostrou mais forte. No intervalo entre o Golpe de 1964 e a decretação do AI-5 em 1968 – *período em que há relativa hegemonia cultural de esquerda no país*<sup>10</sup> – foram publicadas pela editora Civilização

---

<sup>9</sup> Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária*, Suplemento Especial, maio de 1965. Disponível em: <http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2019/03/29/os-comunistas-e-o-golpe-de-1964-declaracao-de-maio-1965-do-pcb/>. Acesso em 09/12/2019.

<sup>10</sup> Conforme conhecida hipótese lançada por Roberto Schwarz: “O seu domínio, salvo engano, concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte raciocinante do clero, arquitetos, etc. – mas daí não sai, nem pode sair, por razões policiais. Os intelectuais são de esquerda, e as matérias que preparam, de um lado, para as comissões do governo ou do

Brasileira, pela primeira vez, as obras de Gramsci no Brasil – espelhando, segundo Coutinho (2007), o clima de “ampliação do marxismo”.<sup>11</sup> Diferente da Argentina, o movimento de renovação que se observou nesses anos entre os intelectuais comunistas não foi promovido pelo partido que, entretanto, não teria colocado “obstáculos a seu encaminhamento por parte de alguns jovens intelectuais então ligados ao partido” segundo afirmação de um deles, Carlos Nelson Coutinho (2007, p. 154). Este primeiro ciclo gramsciano agiu sobretudo no domínio da cultura, não chegando a disputar a direção do PCB, que continuava a dar a última palavra nas questões propriamente políticas (Coutinho, 2007, p. 155). Adicione-se a edição do AI-5 em 1968, o que explicitaria e daria plena expressão à ditadura imposta em 1964, dando início a uma fase particularmente difícil à reflexão crítica e ao debate político produtivo (Nogueira, [1985] 1993, p. 129). Foi só em meados dos anos 1970, com a crise da ditadura e o fracasso da luta armada, que se abriu um “segundo ciclo gramsciano”,<sup>12</sup> caracterizado pela forte influência do eurocomunismo de Berlinguer, o secretário-geral do PCI que em 1977 defendera a universalidade da democracia.

Esse ciclo foi marcado pela abertura – antes editorial que política – a interpretações da realidade brasileira por intelectuais pecebistas que utilizavam largamente conceitos gramscianos, particularmente o de revolução passiva. Em 1976, a primeira pesquisa publicada com essas características foi a de Werneck Vianna com *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Encarando – finalmente – o trauma de 1964, o livro abordou a modernização capitalista brasileira a partir das categorias de “revolução passiva”, “via prussiana”<sup>13</sup> e “revolução pelo alto”. Lançava-se mão destes conceitos para expressar uma singularidade brasileira – a direção política do processo de modernização não foi dirigida pelo “setor agrário mais desenvolvido em termos capitalistas (o agroexportador)”, que foi “desalojado do poder pelo menos desenvolvido” (Vianna, 1978 [1976], p.139). O domínio do aparelho do Estado por parte dessa

---

grande capital e, de outro, para as rádios, televisões e jornais do país não são. É de esquerda somente a matéria que o grupo – numeroso a ponto de formar um bom mercado – produz para o consumo próprio. Essa situação cristalizou-se em 1964, quando *grosso modo* a intelectualidade socialista, já pronta para prisão, desemprego e exílio, foi poupada” (Schwarz, 2008 [1969-70], p. 71-72).

<sup>11</sup>Afirmou Coutinho: “Não é, assim, por acaso que, nessa sua primeira incursão brasileira, Gramsci aparece quase sempre ao lado de Lukács e do Sartre da *Critique de la raison dialectique*: os três são apresentados como instrumentos privilegiado de uma batalha cultural certamente antidogmática, mas que se pretende ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da crítica da cultura” (Coutinho, 2007, p. 154-155).

<sup>12</sup>Del Roio (2011, p.128) chama a atenção também para o fato do aparecimento da edição crítica dos *Cadernos* organizada por Valentino Gerratana em 1975.

<sup>13</sup>“Via prussiana” havia sido o conceito elaborado por Lenin em sua abordagem da via específica do desenvolvimento capitalista e formação do Estado nacional na Alemanha, no qual os latifúndios feudais teriam se metamorfoseado lentamente em capitalistas, enquanto se dava a expropriação camponesa com apoio estatal. Cf. Lenin, V. *O programa agrário da socialdemocracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907* (Alternativa, 2002).

“elite atrasada” vai lhe facultar um “percurso extremamente rápido no sentido de adoção de novos papéis econômicos, como o do empresário agrícola, do industrial ou do financista” (ibid., p. 139).

No artigo “Cultura e Sociedade no Brasil”, escrito entre 1977 e 1979, Coutinho recorria aos mesmos conceitos para afirmar a tendência objetiva de transformação social no Brasil a se realizar por meio da “conciliação pelo alto”. Neste caso, a inspiração gramsciana se via também no tratamento de outra questão – os intelectuais. Para ele, o reflexo ideológico da tendência brasileira de “conciliação com o atraso” seria a disposição ao “ecletismo”, ou seja, à conciliação igualmente no plano das ideias. Em sua visão, os intelectuais seriam “pressionados pela situação objetiva a confusas sínteses ecléticas” (Coutinho, 1990, p.48). Essa postura configuraria um tipo de “cosmopolitismo abstrato”, no qual a “importação cultural” não teria como objetivo responder a questões colocadas pela própria realidade brasileira, mas visaria tão somente satisfazer exigências de um círculo restrito de intelectuais “intimistas”. Só seria possível quebrar definitivamente os estreitos limites de casta em que a “via prussiana” teria colocado aos nossos intelectuais com a “construção de uma democracia de massas”:

lutando pela democratização da cultura, os intelectuais combatem efetivamente pela renovação democrática da vida nacional em seu conjunto; e, ao mesmo tempo, lutando por essa renovação democrática, asseguram condições mais favoráveis à expansão e florescimento de sua própria práxis cultural (ibid., p.68).

O argumento seria radicalizado no ensaio de 1979, “A democracia como valor universal”, no qual toca uma tese especificamente política– a democracia não possuiria um valor apenas instrumental e tático aos socialistas:

A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda de “baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares – enquanto método de sua batalha política – a opção por aquilo que Gramsci chamou de “guerra de posição”. A progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos [...] A luta pela renovação democrática [...] implica em *conceber a unidade como valor estratégico* (Coutinho, 1979, p.44-45, *grifos do autor*).

Este ensaio foi apontado como um “dos mais polêmicos da história da esquerda brasileira” (Secco, 2002, p. 60) – entendido como cristalização da influência das ideias e posições “italianas” no Brasil e do que Nogueira (1985) chamou de “gramscismo”, entre 1976 e 1982. Segundo Coutinho (2007, p. 161), seria este o ponto de “definitiva ruptura com o ‘marxismo-leninismo’”, no qual passava-se a assumir radicalmente uma reavaliação da “questão democrática”. A expansão da influência gramsciana seguiria com a “diáspora” do

grupo de Coutinho (Secco, 2002, p. 61), que seria integrado, nos termos de Santos (1994), pela chamada “corrente renovadora”. A exemplo do que teria sido a “primeira renovação”, a segunda teria sido articulada no interior do PCB entre 1975 e 1980, caracterizada especialmente por defender a democracia tal como vinha se colocando no comunismo italiano (Santos, 1994, p. 37). Não coincidentemente, ocorre em 1976 uma reedição das obras de Gramsci e um *boom* eurocomunista no mercado editorial brasileiro (Nogueira, 1993 [1985], p. 136).<sup>14</sup> Na síntese de Nogueira:

O gramscismo ganhou densidade no Brasil como *parte* (dotada de expressiva singularidade) de uma nova teoria do socialismo, elaborada coletivamente – e, portanto, pluralmente – por um partido (o PCI) que nas concretas condições dos anos 70 apresentava-se vocacionado para repor o movimento comunista e a ideia mesma de esquerda, de socialismo, numa posição de contemporaneidade com o mundo realmente existente. O pensamento de Gramsci e a elaboração teórico-política do PCI – o “marxismo italiano dos anos 70” – agiram, assim, no Brasil, como revitalizadores de uma esquerda que se esfacelara no plano organizativo e se repetia no plano político-cultural, por força de sua própria evolução interna, da violência ditatorial e da “selvagem” modernização capitalista do país (Nogueira, 1993 [1985], p. 137, *grifos do autor*).

O choque entre os “eurocomunistas” e o PCB fora apenas latente, num primeiro momento, quando ainda estavam decididos a dar apoio à direção para derrotar o “ultradogmatismo de Prestes” (Coutinho, 2007, p. 162). Após a anistia de 1979, a luta interna se acirrou entre “renovadores” e “ortodoxos”, mas o processo partidário vivenciado entre 1980 e 1983 acabou por isolar as duas correntes favorecendo uma nova camada dirigente que reiterou as alianças amplas em nome da democracia, mas sem a renovação das estruturas partidárias e das concepções teóricas (Napolitano, 2013, p. 333).

Segundo Coutinho, depois do afastamento de Prestes – que perderia o comando do PCB para Giocondo Dias – a nova direção do partido adotou muitas das teses do “velho líder” na tentativa de neutralizar sua indiscutível influência sobre os militantes mais antigos do partido (Coutinho, 2007, p. 163). É nesse momento que, rotulado como de direita, o grupo dos “gramscianos” foi afastado dos poucos postos de direção que tinham, em particular do semanário do partido, o *Voz da Unidade*, fundado em 1980. O jornal havia sido um projeto da direção estadual paulista do PCB. Seu primeiro editor-chefe, Gildo Marçal Brandão, relembra que todos envolvidos na empreitada compartilharam “a ilusão politicamente inevitável de reinventar nos trópicos um partido comunista radicalmente democrático – e isso no momento

---

<sup>14</sup> “Chegaram às livrarias *Lições sobre o fascismo* (1978) e a coletânea de ensaios *Socialismo e Democracia* (1980) de Palmiro Togliatti; *O Partido Comunista Italiano, o socialismo e a democracia* (1979) de Giorgio Napolitano; *Massas e poder* (1980) e *Crise e terceira via* (1981) de Pietro Ingrao; *O conceito de hegemonia em Gramsci* (1978) e *O pensamento de Lenin* (1979) de Luciano Gruppi; a polêmica Gramsci/ Bordiga sobre os conselhos de fábrica (1981); *Teoria do partido político* (1982), de Umberto Cerroni; *Um socialismo a inventar* (1982) de Lucio Lombardo Radice” (Nogueira, 1993 [1985], p. 136).

de seu irremediável declínio” (Brandão, 2010, p. 55). A questão da renovação era diretamente endereçada nas páginas de *Voz da Unidade*. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho (2007, p.277), o jornal teria sido o principal órgão de defesa, à esquerda, da “via de transição”. A atividade editorial em *Voz da Unidade* junto à ampla mobilização em torno do VIII Congresso do PCB revelava, segundo a autora, “a tônica de uma trajetória comunista que parecia seguir o caminho da renovação, da construção de um partido democrático de massas, comprometido com a ideia de um futuro democrático e socialista para o Brasil” (Carvalho, 2007, p. 277).

Outra iniciativa dos renovadores comunistas nesse período foi a revista *Temas de Ciências Humanas*. Publicada entre 1977 e 1981, os seus dez volumes foram organizados por Marco Aurélio Nogueira, J. Chasin e Nelson Werneck Sodré; contando com Luiz Werneck Vianna entre os organizadores dos três últimos números. O perfil marcadamente acadêmico da revista não deixava de expressar as disputas internas do partido, como fica claro no texto que indica o objetivo da publicação:

... rechaçar a especulação estéril, a atividade teórica fechada em si mesma e, por extensão, aceitar e ser fiel à teoria que procura investigar por detrás das aparências e manifestações fenomênicas, a estrutura social real, a prática efetiva dos homens; em outros termos, que se empenha em realizar análises concretas de situações concretas, operar colada ao real (Editores, *Temas...*, 1977, p. VII).

Além disso, havia a intenção de valorizar “o que de positivo” a tradição brasileira já tivesse consolidado, republicando textos que representassem significativas contribuições para uma “correta interpretação da história brasileira”, como nas obras de Caio Prado Jr. e do ISEB (Editores, *Temas...*, 1977, p. vii-viii). Entre as orientações teóricas, se destacaram a lukacsiana e gramsciana. “Carta sobre o Stalinismo” de Lukács abria o primeiro número, seguido da publicação na íntegra do importante texto pré-carcerário de Antonio Gramsci – até então inédito em português – “Alguns temas da questão meridional”. Os editores entendiam o texto como fundamental à discussão em torno do conceito de hegemonia – colocada como a questão da “direção política e intelectual das classes sociais” – problema considerado clássico da ciência da história, à qual Gramsci teria dado “tratamento original e primoroso” (Editores, *Temas...*, 1977, p. ix). O nono número da revista apresentaria ainda a tradução das conhecidas *Teses de Lyon*, preparadas por Gramsci e Togliatti e referendadas no III Congresso do PCI.<sup>15</sup> Entre outros antecedentes importantes, Carlos Nelson Coutinho publicou em *Temas...* seu artigo “Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil”, em que a chave de interpretação da história

---

<sup>15</sup> Em nota os editores afirmaram que a revista tinha como objetivo “facilitar o acesso dos intelectuais e estudiosos progressistas e, especialmente, marxistas a textos políticos que, referidos a situações particulares, constituem-se em patrimônio da experiência revolucionária do movimento democrático e operário” (Editores, *Temas...*, 1980, n.9, p.2).

brasileira era dada pelo conceito de revolução passiva. Além disso, o autor já defendia neste texto a tese de que o PCB teria indicado claramente a tendência de *democratização geral da vida brasileira* em sua “Declaração de Março de 1958” (Coutinho, 1980, p. 106).

Afastados do *Voz da Unidade* e, depois de ver o golpe militar de 1981 na Polônia ser saudado pelos dirigentes comunistas como mais uma “vitória do socialismo real”, o grupo decidia abandonar em massa o partido (Coutinho, 2007, p. 163). A maioria desses “renovadores” provinha da militância da passagem dos anos 1950 para a década de 1960, como Ivan Ribeiro, Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Aloisio Teixeira, Leo Lince, Maria Lúcia T. Vianna, Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Milton Freitas, mas alguns tinham larga tradição no PCB, como Armênio Guedes (ibid., p. 38). Guedes, que havia integrado o grupo de redação da “Declaração de 1958”,<sup>16</sup> foi quem assinou a apresentação do primeiro número de *Presença*, mais de duas décadas depois da “primeira renovação”. No manifesto, chamava a atenção aos laços de continuidade com o passado de publicações brasileiras da cultura comunista, tradição já presente nos anos 1950.<sup>17</sup>

As revistas parecem ter sido uma forma mais livre de intervir no debate público, pois não interpelavam diretamente o PCB. São exemplos a *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr. na década pós-54, bem como a *Estudos Sociais* de Astrojildo Pereira (cf. Arias, 2005), que circulou de 1956 a 1964 e a prestigiosa *Revista Civilização Brasileira*, de Ênio Silveira, com suas duas fases no longo pós-64. Segundo interpretação de Segatto e Santos (2007, p. 16), depois das dissertações de Caio Prado Jr.,<sup>18</sup> só com a hipótese da “via prussiana à brasileira” o tema da democracia política seria equacionado, ecoando o eurocomunismo e de certo modo recobrando, na última fase, a postura dos comunistas na resistência ao regime de 1964. Na esteira desta tradição de publicações comunistas, junto à *Novos Rumos*,<sup>19</sup> a revista *Presença* teria surgido como proposta de “*aggiornamento* da cultura de esquerda no Brasil” (Segatto e Santos, 2007, p. 16).

---

<sup>16</sup> Junto a Giocondo Dias, Mário Alves, Alberto Passos, Jacob Gorender, Dinarco Reis e Orestes Timbaúba.

<sup>17</sup> Antes disso, merece destaque a revista *Literatura* de Astrojildo Pereira, fundada em 1946. Foi nela que, segundo Secco, publicou-se o primeiro artigo sobre Gramsci que superava o comentário biográfico: “Um primeiro exemplo de análise da obra gramsciana apareceu em outubro de 1947, quando a revista *Literatura* publicou um artigo de E. Carrera Guerra sobre *As cartas de Gramsci*, avaliando as críticas do comunista italiano a Benedetto Croce. Guerra era um crítico literário que depois escreveria vários artigos na Revista Brasiliense de Caio Prado Jr.” (Secco, 2002, pp. 18-19).

<sup>18</sup> Para uma aproximação das teses de Caio Prado Jr. com a perspectiva dos comunistas gramscianos, ver “Uma ‘via não clássica’ para o capitalismo” (Coutinho, 1989).

<sup>19</sup> A revista tem continuidade até hoje. Em fins dos anos 1980 e início dos 1990 o projeto, segundo Santos e Segatto (2007), era o de fazer uma ponte entre a renovação do socialismo real no contexto da perestroika e uma atualização do PCB – a qual seria tentada por seu próprio núcleo dirigente, tardiamente em seu IX e último congresso, de 1991.



Maria Alice Rezende de Carvalho, por sua vez, considerou que a perspectiva política evocada por *Presença* fora animada pelos comunistas desde a década de 1920 (Carvalho, 2007, p. 263). Em sua “Breve história do ‘comunismo democrático’”, a autora defendeu que, se é certo que a expressão acabada e reflexiva desta tendência só se reconhece a partir da segunda metade da década de 1970 – quando da recepção da obra de Gramsci –, não teriam sido poucos os momentos em que:

(...) ou a intuição de seus dirigentes ou a forte inscrição do PCB nos movimentos organizados da sociedade civil brasileira impôs desvios em relação à ortodoxia “terceiro-internacionalista” e inovou a prática política dos comunistas de modo a inscrevê-los no vértice das crises da nossa formação social (ibid., p. 263).

A abordagem proposta por Carvalho reconhecia continuidades e descontinuidades do comunismo democrático no Brasil, que teria nascido junto com o PCB no movimento operário e no ciclo de greves de 1917-19, sob a direção de Astrojildo Pereira. A primeira interrupção desta tendência teria se dado com a destituição de Pereira em 1930, quando o partido teria rumado a uma política sectária, fruto da radicalização de lideranças tenentistas. A liderança de Prestes, nessa fase, assistiria a um simultâneo ganho de notoriedade e esvaziamento das bases operárias, em especial após a derrota do levante militar da Aliança Nacional Libertadora de 1935. Retomar-se-ia uma orientação voltada à democracia, ainda que com valor instrumental e orientada ao avanço da luta nacional, apenas com o suicídio de Vargas. Carvalho considerava que a “esquizofrenia entre o dogmatismo bolchevique professado por suas lideranças e a acertada intuição ocidentalista de suas bases, sobretudo nos meios sindicais, levou que o PCB, a partir de 1955, emprestasse uma nova feição à luta anti-imperialista” (ibid., p. 270).

Facilitada pela mudança do campo comunista propiciado pelo XX Congresso do PCUS em 1956, o PCB teria caminhado para uma concepção anti-imperialista e antilatifundiária que abandonava a ortodoxia classista e consagrava o tema da “frente única nacionalista”. Seria quando “a crítica às perversões stalinistas se fez acompanhar de um clima favorável ao debate sobre a particularidade do processo revolucionário em diferentes contextos nacionais” (ibid., p. 270). No plano teórico, entretanto, o Brasil ainda teria se enquadrado aos limites de sua consideração como “país colonizado”. Para a autora, em que pesasse a importância da “Declaração de 1958” – na qual se admitiu a complexidade “ocidental” do país – o documento não teria combatido suficientemente o dogmatismo leninista-stalinista e não teria rompido com a ênfase atribuída ao tema nacional, “deixando escapar as possibilidades que se apresentavam para a autorrenovação do PCB” (ibid., p. 271).

Além disso, o esquema interpretativo esboçado na “Declaração de 1958” não teria tido como prever a escalada autoritária, uma vez que o “dualismo” e “mecanicismo” que norteavam

o documento teriam desembocado na tese da:

inexorável vitória do moderno (“o capitalismo de Estado, de caráter nacional e progressista”) sobre o atraso (“a estrutura agrária tradicional, arcaica e em decomposição”), sugerindo um caminho em que, uma vez completada a revolução burguesa em chave democrático-popular, avançar-se-ia em direção ao socialismo (ibid., p. 271, grifos da autora).

Com a dura derrota que o golpe de 1964 impingiu à frente nacionalista, o partido teria caminhado no sentido de valorizar as instituições da democracia em si mesmas (ibid., p. 273). Entre 1973 e 1975, em momento de forte repressão ao partido que levaria sua direção ao exílio, teria se permitido um movimento de reconstrução no bojo do movimento de massas que voltava a se articular. No entanto, a reconstrução teria sido cancelada por intervenção do Comitê Central, que voltava a associar a luta contra o regime autoritário aos chamados “objetivos estratégicos” (ibid., p. 274). Essa nova interrupção levaria a conceber a conquista das liberdades novamente como um requisito “tático” para a luta nacional. No entanto, Carvalho considera que essas diretrizes não teriam encontrado eco na militância, prevalecendo a política de coalizão democrática nas bases partidárias – perspectiva que teria se valido da situação de exílio experimentada por quase toda a direção do PCB naquele momento (ibid., p. 275).

Teria sido assim que, em fins da década de 1970, o argumento democrático teria conseguido se desvencilhar de sua subordinação à questão nacional – argumento que teria alguma relação com a “Declaração de 1958” e o VI Congresso de 1967. A mudança estaria na orientação terceiro-mundista, em que a crítica ao “orientalismo político” teria alcançado outro grau de elaboração e de explicação. Este teria sido o momento de abandono da polaridade “moderno versus atraso” para afirmação da natureza prussiana de nossa formação social (ibid., 276). Orientação tributária de Lenin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e muito favorecida pela incorporação da obra de Gramsci – o que, para Carvalho, “integrava um verdadeiro movimento de renovação da cultura de esquerda à época”, com destaque à figura de Ênio da Silveira, então editor da *Civilização Brasileira*. Decisivo, em sua perspectiva, foi também a publicação de Coutinho sobre o “valor universal” da democracia. Para a autora, o período teria marcado uma contradição no campo comunista:

(...) de um lado, assistia-se à ascensão da influência do PCB na política brasileira, a partir da sua atuação nas diversas frentes em que se tratava a luta pela derrota política do regime militar, de outro lado, o retorno da direção do partido e a prescrição de uma “frente de esquerda” por Prestes abriram um novo ciclo de lutas internas ao PCB culminando com a vitória no VII Congresso (1982) de uma perspectiva contrária à chamada “via de transição”. Contra o aprendizado acumulado pela geração de comunistas que organizou a resistência ao regime militar e concebeu a política de transição à democracia, o novo Comitê Central – dito “Comitê Biônico” – reafirma a prevalência da questão nacional, faz renascer, das cinzas dos anos 1950, a ideia de “socialismo de Estado”, com todas as perversões, no plano organizacional, que tal legado sugeria, confere sobrevida ao status quo do corporativismo sindical,

distanciando-se, imediatamente, do operariado moderno e abrindo enorme fosso em relação às lutas e aspirações da sociedade brasileira, bem como em relação à sua própria história recente. Afastando-se, então, do partido, será aquela geração que buscará resgatar sua influência no âmbito desse debate político e cultural brasileiro, entendendo serem os comunistas uma larga corrente de opinião, presente há muitas décadas no país, e a força política que melhor simbolizaria a amplitude de um sistema partidário em contexto democrático. Isso se dará, principalmente, com a criação de *Presença* – *Revista de Política e Cultura* (Carvalho, 2007, p.277-278).

Editada na sequência do VII Congresso do PCB, quando se dá a marginalização do grupo de “renovadores”, a revista nasceu fora do partido, mas reivindicando duas tradições pecebistas – àquela iniciada em 1958, cujo suporte intelectual se caracterizava pelo reconhecimento da realidade do desenvolvimento capitalista e a assunção da questão democrática – e a de interpelação editorial no debate teórico-político em condição de relativa autonomia às estruturas de direção do partido. A história da circulação das ideias de Gramsci entre os comunistas brasileiros cruza, portanto, as vertentes editoriais e de preocupação com a questão democrática, que a partir dos anos 1970 receberá a incisiva influência “eurocomunista”. Análogo à *Pasado y Presente*, a renovação teórica de *Presença* passava também por traduzir e fazer circular textos do ambiente político italiano.

A despeito de ter apresentado percurso comum, o grupo de “renovadores” oriundos do PCB não se conformaria de forma homogênea. Davi Capistrano Filho, a quem se atribui a liderança do grupo inicial de *Presença*, optou pelo PT e logo se afastou da revista. Entre os que optaram pelo PT, destaca-se também Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Outros ficaram próximos ao PMDB, como no caso de Armênio Guedes e, por fim, os que não se filiaram a nenhum partido, como Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira, permanecendo na linha de oposição à direção do PCB e ao PT. A *Presença* surgia, assim, como espaço plural e de diversidade teórico-política, como afirmava seu manifesto: “desejamos ardentemente que as ideias e sugestões que enriquecem e alargam os horizontes dos partidários da democracia e do socialismo sejam aqui devidamente acolhidas e valorizadas, independentemente de seus autores ou origem” (Guedes, 1983, p. 8). Os problemas da conjuntura, particularmente a redemocratização, perspectivas críticas sobre a história do PCB e o desejo de

renovação da esquerda seriam temas recorrentes na revista, segundo diversas perspectivas. Vale destacar, contudo, um marco importante do percurso de *Presença* – a transferência de São Paulo para o Rio de Janeiro a partir de 1986. A revista assumia, então, um caráter mais acadêmico – sendo importante destacar que foi a partir de então que passou a receber auxílio do CNPq e mudou de editora – a partir do nono número (1987), deixava de ser publicada pela Editora Caetés e passava a ser pelo Centro de Pesquisas e Difusão Cultural. Se, num primeiro momento, houve a liderança política de Capistrano Filho, o restante de sua

trajetória foi marcado pela direção do que chamamos de “núcleo teórico”, reunidos em torno de Werneck Vianna.

Ao longo dos dezoito números de *Presença*, junto a um enorme número de textos em polêmica com essas ideias, percebe-se um projeto de recuperação da estratégia democrática surgida em março de 1958 entre os comunistas – “a herança que não renunciamos” (Vianna, P. 15, 1990) – junto ao projeto de renovação teórica, que como buscaremos demonstrar no quarto capítulo, pode ser compreendida em torno do conceito de “revolução passiva”. Em síntese, a tese central era de que a modernização conservadora e a conciliação com o atraso forneceram as chaves para a compreensão de uma tendência da história brasileira e que se confirmaria na conjuntura de então, da transição democrática. A solução não poderia ser dada pelos movimentos sociais, pois não seriam “sujeitos dotados de capacidade de produzir interpelações políticas” (Vianna, P. 5, 1985, p. 46). Este papel estaria reservado aos partidos e aí o ambicioso desafio posto aos comunistas para balizar o que seria a “reinvenção do PCB”, cujo projeto de renovação era proposto por Nogueira em cinco assertivas publicadas no primeiro número da revista:

Primeira: o valor intrínseco da democracia e a centralidade operária na construção do socialismo. Segunda: o repúdio a fórmulas pretensamente universais, a dogmas e doutrinas fossilizadas; o real como base e inspiração da política. Terceira: a política como via de resolução dos problemas sociais, mas a política colada às massas e articulada por partidos capazes de se colocarem como dirigentes de um amplo bloco de forças e classes. Quarta: a conquista de uma nova hegemonia na sociedade como pressuposto para a afirmação de uma vocação nacional. Quinta: a autonomia em relação a partidos, movimentos e orientações internacionais como condição para uma postura séria e solidária no plano mundial (Nogueira, P.1, 1983, p. 95-96).

Diferente do caso argentino, o que ficaria conhecida no Brasil como a “nova esquerda” – aglutinada em torno do PT – não integraria em conjunto o grupo editorial de *Presença*, que permaneceria o percurso todo em forte oposição ao partido, entendido como uma “verdadeira federação de interesses, combinando em si desde os setores de ponta do operariado moderno ao campesinato sem terra – o ‘moderno’ e o ‘atraso’” (Vianna, P. 17, 1992, p. 37). Acrescente-se que, em 1991, o PCB mudaria de nome e de programa, convertendo-se no pouco influente Partido Popular Socialista (PPS) e na Itália o PCI se dissolveria, passando a constituir o novo Partito Democratico della Sinistra (PDS) em 1991. Neste mesmo ano, um comunicado na décima-sexta revista implicava, junto a assuntos burocráticos, uma questão política – questionava-se, então, “a relevância e o ‘lugar’ a ser ocupado por *Presença* no cenário cultural e político brasileiro” (Carvalho, P. 16, 1991, p. 5). A editora considerava “inadiável” uma “reestruturação”, pois uma vez estabelecido “o caminho da institucionalidade democrática”, talvez estivesse se esbarrando “nos limites do nosso projeto original” (Carvalho, P. 16, 1991,

p. 5). Adicionamos, pelo viés negativo: não ter-se-iam frustrado também os objetivos de dar direção política ao processo da constituinte, além de promover uma renovação democrática no PCB – que, ao contrário, se esfacelava naquele momento?

Permanecendo independentes, a motivação de renovação comunista expressa na primeira *Presença* permaneceria afirmada nos últimos dois números da revista, como vê-se em 1992 nas palavras de Nogueira: “tanto no país dos soviets como no mundo inteiro, as esquerdas e os democratas precisam reinventar a si mesmos, requisito para que novas formações políticas surjam, conquistem as massas e mantenham vivo algum tipo de utopia” (Nogueira, P. 17, 1992, p. 12). A revista concluiria seu percurso de publicação após nove anos consecutivos em junho de 1992.

### Referencias bibliográficas

- AGOSTI, H. Los recuerdos actuales. *Centro*, n.º 10, p. 44-50, 1955
- ALTAMIRANO, C. Entrevista a J. Timboli. In: TIMBOLI, J (org.). *La izquierda en la Argentina*. Buenos Aires: Manantial, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.
- AMARAL, S. *La renuencia de las masas: el partido comunista ante el peronismo 1945-1955*. Buenos Aires: Univ. del CEMA, 2008.
- ARICÓ, J. Pasado y Presente. *Pasado y Presente*, n.º 1, Córdoba, abril-junho de 1963.
- \_\_\_\_\_. El Stalinismo y la Responsabilidad De La Izquierda. *Pasado y Presente*, n.º.2-3, Córdoba, jul. 1963.
- \_\_\_\_\_. Examen de conciencia. *Pasado y Presente*, n.º 4, Córdoba, mar. 1964.
- BIANCHI, A. O Brasil dos gramscianos. *Crítica Marxista (São Paulo)*, v. 22, p. 117-132, 2016.
- BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BURGOS, R. *Los Gramscianos Argentinos*. Cultura y Política en la experiencia de *Pasado y Presente*. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2004.
- CARVALHO, M. A. R. Aos Leitores. *Presença: revista de política e cultura*, n.16, Rio de Janeiro, abril 1991.
- \_\_\_\_\_. “Breve história do ‘comunismo democrático’”. *Esquerdas no Brasil: Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v.9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- \_\_\_\_\_. O Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, J. Q. *História do marxismo no Brasil*. V. 3 Teoria. Interpretações. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- DEL ROIO, M. Nota sobre a trajetória de Gramsci na América Latina. *Crítica Marxista*, n.33, p.127-130, 2011.
- EDITORES. Nota de la redacción. *Pasado y Presente*, n.º.2-3, Córdoba, jul. 1963.

- \_\_\_\_\_. Informe preliminar sobre el conflicto FIAT. *Pasado y Presente*, nº 9, Córdoba set. 1965.
- \_\_\_\_\_. La “larga marcha” al socialismo en la Argentina. *Pasado y presente*, nº 1, junho 1973.
- \_\_\_\_\_. La crisis de julio y sus consecuencias políticas. *Pasado y Presente*, nº 2-3, dez. 1973.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Turim: Einaudi, 1975.
- GUEDES, A. Um esforço pluralista. *Presença – revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- NAPOLITANO, M. A “estranha derrota”: os comunistas e a resistência cultural ao regime militar (1964-1968). In: NAPOLITANO, M., CZAJKA, R., MOTTA, S., P. R. (org). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- \_\_\_\_\_. Comunistas, comunismo: o desafio da renovação. *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 1, São Paulo, nov. 1983.
- \_\_\_\_\_. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO; NOGUEIRA (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1985].
- \_\_\_\_\_. Fim de uma época. *Presença: revista de política e cultura*, n.17, Rio de Janeiro, nov. 1991.
- PCB. Declaração Sobre a Política do PCB. *Voz Operária*, Março 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em 9/12/2019.
- \_\_\_\_\_. Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária, Suplemento Especial*, maio de 1965 Disponível em: <http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2019/03/29/os-comunistas-e-o-golpe-de-1964-declaracao-de-maio-1965-do-pcb/>. Acesso em 09/12/2019.
- PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2
- PETRA, A. *Intelectuales y cultura comunista*. Itinerarios, problemas y debates em la Argentina de pós-guerra. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2017.
- PORTANTIERO, J. C. Política y Clases Sociales en la Argentina actual. *Pasado y Presente n.1*. Córdoba, Jun.1963.
- SANTANA, M. A. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- \_\_\_\_\_. Crise e pensamento moderno no PCB nos anos 50. In: Quartim de Moraes, J.; Aarão Reis, D. (org.) *História do marxismo no Brasil*. O impacto das revoluções. v.1. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SCHWARZ, R. Cultura e Política, 1964-1969. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1970].
- SECCO, L. *Gramsci e o Brasil: Recepção e Difusão de suas Ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.
- TERÁN, O. *Nuestros años sesenta: La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1976].
- \_\_\_\_\_. Problemas de política e de organização dos intelectuais. *Presença – revista de política e cultura*, n.1, São Paulo, nov.1983.

\_\_\_\_. O operário e o popular na história recente do PCB. *Presença – revista de política e cultura*, n.2, São Paulo, fev.1984.

\_\_\_\_. O moderno na política brasileira. *Presença: revista de política e cultura*, n.5, São Paulo, jan. 1985.

\_\_\_\_. A herança a que não renunciamos e os movimentos sociais modernos. *Presença: revista de política e cultura*, n.15, Rio de Janeiro, abr. 1990.